



CONSELHO
REGIONAL DE
PSICOLOGIA
CRP-13 PB



TERMO DE DISPENSA ELETRÔNICA

Nº 012/2025

CONTRATANTE:

CONSELHO REGIONAL DE PSICOLOGIA DÉCIMA TERCEIRA REGIÃO (CRP-13)

OBJETO:

Aquisição de aparelhos telefônicos móveis (celulares), aparelhos telefônicos fixos sem fio e tablets destinados ao Conselho Regional de Psicologia da Décima Terceira Região (CRP-13).

PROCESSO ADMINISTRATIVO:

Nº 015/2025

DATA DA SESSÃO PÚBLICA:

Início da Disputa 08:00 do Dia 10/12/2025

Fim da Disputa 14:00 do Dia 10/12/2025

CRITÉRIO DE JULGAMENTO:

Menor Preço por lote

MODO DE DISPUTA:

Aberto

PREFERÊNCIA ME/EPP/EQUIPARADAS

SIM



TERMO DE DISPENSA ELETRÔNICA Nº 012/2025
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 015/2025

Torna-se público que o **CONSELHO REGIONAL DE PSICOLOGIA DÉCIMA TERCEIRA REGIÃO (CRP-13)**, por meio da sua Comissão de Contratação, realizará Dispensa Eletrônica, com critério de julgamento **MENOR PREÇO POR LOTE**, na hipótese do art. 75, inciso II, nos termos da Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e demais legislações aplicáveis e, ainda, de acordo com as condições estabelecidas neste Edital.

Data da sessão: 10/12/2025

Link: <https://www.licitanet.com.br/>

Horário do início da Disputa: 08:00 do dia 10/12/2025.

Horário do fim da Disputa: 14:00 do dia 10/12/2025.

1. DO OBJETO DA CONTRATAÇÃO

1.1. O objeto da presente dispensa é a Aquisição de aparelhos telefônicos móveis (celulares), aparelhos telefônicos fixos sem fio e tablets destinados ao Conselho Regional de Psicologia da Décima Terceira Região (CRP-13), conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Aviso de Contratação Direta e seus anexos.

1.2. A contratação será por **LOTE**, conforme tabela constante abaixo:

ITEM	DESCRIÇÃO DETALHADA	QTD	VALOR UNITÁRIO REFERENCIAL	VALOR TOTAL REFERENCIAL
1	- Aparelho Telefônico Celular Modelo: Smartphone Dual Chip, Quantidade Linhas Telefônicas: 2 UN, Características Adicionais: 128 Gb, 5g Tela 6.6, 4gb Ram, novo para primeiro uso. Sistema Operacional: Android 12 ou superior com garantia mínima de 12 meses. Rede De Dados Nos Padrões autorizados Pela Anatel Acessórios: Carregador De Bateria.	14	R\$1.654,95	R\$ 23.169,30
2	- Tablet Tela mínima de 10 Processador octa-core de 2.0GHz ou superior 4 GB RAM 64 GB armazenamento interno (expansível via microSD) Sistema Android 12 ou superior, Câmera traseira 8MP e frontal 5MP Conexões: Wi-Fi, Bluetooth 5.0, GPS. Porta USB-C Bateria mínima: 5000 mAh Acompanha carregador e cabo originais Garantia mínima: 12 meses.	02	R\$2.356,20	R\$ 4.712,40
3	- Aparelho Telefônico Sem Fio (homologado pela ANATEL) Com base carregadora Tecnologia DECT 6.0, Visor com identificação de chamada, Controle de volume (recepção/transmissão/ringue) Mínimo de 10 memórias de discagem rápida Compatível com rede de telecomunicações, CPA e PABX LED no monofone para sinalização Localizador de monofone Teclas: FLASH, REDIAL, (*), (#), MUDO Cor: preta Entrada de energia da base 220V comutação automática. Garantia mínima: 12 meses	13	R\$ 151,68	R\$ 1.971,84
VALOR TOTAL REFERENCIAL DE TODOS OS ITENS:				R\$ 29.853,54



1.2.1. Nos casos em que a Dispensa de Licitação preconizar a disputa por lote, deve o fornecedor enviar proposta para todos os itens que o compõem.

1.3. O critério de julgamento adotado será o **MENOR PREÇO POR LOTE**, observadas as exigências contidas neste Aviso de Dispensa Eletrônica e Anexos quanto às especificações do objeto.

1.4. No caso concreto a Dispensa de licitação poderá dar deserta, considerando que não foi identificado uma proponente que ofertasse o melhor valor, fator este causado pela falta de pesquisa com fornecedor direto.

2. DO PREÇO E FORMA DE PAGAMENTO

2.1. O CRP-13 pagará ao fornecedor por todos os serviços indicados na cláusula 1ª deste termo o valor total previsto na proposta, observados os limites de valores previstos no termo de referência.

2.2. O CRP-13 se obriga a realizar o pagamento ao fornecedor em até 30 (trinta) dias da emissão do atesto da Nota Fiscal de Serviços Eletrônica (Nfe)/Nota Fiscal de Consumo (DANFE), tendo que esta ocorrer ao final de cada ciclo mensal de prestação do serviço, por meio de Ordem Bancária para a Instituição Financeira cuja proponente mantenha conta corrente de sua titularidade, devendo ocorrer após a concordância definitiva do serviço pelo Fiscal do Contrato.

2.3. Na impossibilidade da aplicação do prazo contido no item anterior e desde que caracterizada condição indispensável para a obtenção dos serviços/ou aquisição do produto ou propiciar significativa economia de recursos, o pagamento poderá ser realizado em menor período, desde que apresente condição vantajosa ao CRP-13.

2.4. Por ocasião do pagamento e de acordo com os termos do art. 161, inciso II, da Lei Complementar Municipal nº 53, de 23/12/2008 (Lei do ISS do município de João Pessoa), será retido o ISS de todas as notas fiscais dos prestadores de serviço em 05% (cinco por cento), para empresas com tributação normal, e para as empresas optantes pelo Simples Nacional, o prestador é obrigado a informar a sua alíquota de ISS (Imposto Sobre Serviços); caso não informe na Nota fiscal a alíquota, será cobrada a alíquota normal do município, em 05% (cinco por cento).

2.5. O CRP-13 se obrigará a realizar o pagamento ao fornecedor apenas pelos serviços realizados em conformidade com as especificações exigidas no termo de referência e cláusulas do contrato.

2.6. O CRP-13 se obriga a realizar o pagamento dos valores presentes nesta cláusula por meio de transferência bancária em conta de titularidade do fornecedor;

2.7. O CRP-13 reserva-se o direito de recusar o pagamento se, no ato da atestação, o serviço executado não estiver de acordo com a especificação apresentada e aceita.

3. ORIGEM DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

3.1. As despesas para o pagamento deste contrato correrão por conta dos recursos dos orçamentários previstos na Lei de Orçamento Anual do ano de 2025, especificamente em:



1.1. ÓRGÃO: CONSELHO REGIONAL DE PSICOLOGIA DÉCIMA TERCEIRA REGIÃO – CRP-13; **FONTE DE RECURSO:** Recursos próprios previstos na rubrica orçamentária **6.2.2.1.1.02.01.03.002 - Máquinas e Equipamentos.**

4. DA PARTICIPAÇÃO NA DISPENSA ELETRÔNICA

4.1. A participação na presente dispensa eletrônica se dará mediante Sistema de Dispensa Eletrônica exclusivamente, pela plataforma <https://www.licitanet.com.br/>.

4.1.1. Os fornecedores deverão se cadastrar previamente no Portal da **LICITANET** para acesso ao sistema e operacionalização.

4.1.2. O fornecedor é o responsável por qualquer transação efetuada diretamente ou por seu representante no Sistema de Dispensa Eletrônica, não cabendo ao provedor do Sistema ou ao órgão entidade promotor do procedimento a responsabilidade por eventuais danos decorrentes de uso indevido da senha, ainda que por terceiros não autorizados.

4.2. Não poderão participar desta dispensa os fornecedores:

4.2.1. que não atendam às condições deste Aviso de Dispensa e seu(s) anexo(s);

4.2.2. estrangeiros que não tenham representação legal no Brasil com poderes expressos para receber citação e responder administrativa ou judicialmente;

4.2.3. que se enquadrem nas seguintes vedações:

a) autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a contratação versar sobre obra, serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;

b) empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a contratação versar sobre obra, serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;

c) pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da contratação, impossibilitada de contratar em decorrência de sanção que lhe foi imposta;

d) aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;

e) empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da [Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976](#), concorrendo entre si;

f) pessoa física ou jurídica que, nos **5 (cinco) anos** anteriores à divulgação do aviso, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de



trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista.

4.2.3.1. Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico;

4.2.3.2. aplica-se o disposto na alínea “c” também ao fornecedor que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do fornecedor;

4.2.4. organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição (Acórdão nº 746/2014-TCU-Plenário);

4.2.5. sociedades cooperativas.

5. INGRESSO NA DISPENSA ELETRÔNICA E CADASTRAMENTO DA PROPOSTA INICIAL

5.1. O ingresso do fornecedor na disputa da dispensa eletrônica se dará com o cadastramento de sua proposta inicial, na forma deste item.

5.2. O fornecedor interessado, após a divulgação do aviso de contratação direta, encaminhará, exclusivamente por meio do Sistema de Dispensa Eletrônica, a proposta, a marca do produto, quando for o caso, e o preço, até a data e o horário estabelecidos para abertura do procedimento.

5.2.1. A proposta também deverá conter declaração de que compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

5.3. Todas as especificações do objeto contidas na proposta, em especial o preço, vinculam a Contratada.

5.4. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na prestação dos serviços.

5.4.1. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do fornecedor, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

5.5. Se o regime tributário da empresa implicar o recolhimento de tributos em percentuais variáveis, a cotação adequada será a que corresponde à média dos efetivos recolhimentos da empresa nos últimos **12 (doze) meses**.

5.6. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

5.7. A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o **Termo de Referência**, assumindo o proponente o compromisso de executar os serviços nos seus termos, bem como de fornecer os materiais,



equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.

5.8. Uma vez enviada à proposta no sistema, os fornecedores poderão retirá-la, substituí-la ou modificá-la antes do início da disputa.

5.9. No cadastramento da proposta inicial, o fornecedor deverá, também, assinalar li e compreendo em campo próprio do sistema eletrônico, às seguintes declarações:

5.9.1. que inexistem fatos impeditivos para sua habilitação no certame, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores;

5.9.2. que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar Federal nº 123, de 2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49;

5.9.3. que está ciente e concorda com as condições contidas no Aviso de Contratação Direta e seus anexos;

5.9.4. que assume a responsabilidade pelas transações que forem efetuadas no sistema, assumindo como firmes e verdadeiras;

5.9.5. que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, de que trata o art. 93 da Lei Federal nº 8.213/91.

5.10. que não emprega menor de **18 (dezoito) anos** em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de **16 (dezesseis) anos**, salvo menor, a partir de **14 (quatorze) anos**, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição;

6. FASE DE LANCES

6.1. A partir das 08:00h da data estabelecida neste Aviso de Contratação Direta, a sessão pública será automaticamente aberta pelo sistema para o envio de lances públicos e sucessivos, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, sendo encerrado no horário de finalização de lances também já previsto neste aviso.

6.2. Iniciada a etapa competitiva, os fornecedores deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

6.2.1. O lance deverá ser ofertado pelo valor lote.

6.3. O fornecedor somente poderá oferecer valor inferior ou maior percentual de desconto em relação ao último lance por ele ofertado e registrado pelo sistema.

6.3.1. O fornecedor poderá oferecer lances sucessivos iguais ou superiores ao lance que esteja vencendo o certame, desde que inferiores ao menor por ele ofertado e registrado pelo sistema, sendo tais lances definidos como “lances intermediários” para os fins deste Aviso de Contratação Direta.

6.3.2. O intervalo mínimo de diferença de valores ou percentuais entre os lances, que incidirá tanto



em relação aos lances intermediários quanto em relação ao que cobrir a melhor oferta é de **R\$ 1,00 (um real)**.

- 6.4.** Havendo lances iguais ao menor já ofertado, ocorrerá um sorteio na plataforma.
- 6.5.** Caso o fornecedor não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.
- 6.6.** Durante o procedimento, os fornecedores serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do fornecedor.
- 6.7.** Imediatamente após o término do prazo estabelecido para a fase de lances, haverá o seu encerramento, com o ordenamento e divulgação dos lances, pelo sistema, em ordem crescente de classificação.
- 6.7.1.** O encerramento da fase de lances ocorrerá de forma automática pontualmente no horário indicado, sem qualquer possibilidade de prorrogação e não havendo tempo aleatório ou mecanismo similar.

7. JULGAMENTO DAS PROPOSTAS DE PREÇO

- 7.1.** Encerrada a fase de lances, será verificada a conformidade da proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação do objeto e à compatibilidade do preço em relação ao estipulado para a contratação.
- 7.2.** No caso de o preço da proposta vencedora estar acima do estimado pela Administração, poderá haver a negociação de condições mais vantajosas.
- 7.2.1.** Neste caso, será encaminhada contraproposta ao fornecedor que tenha apresentado o melhor preço, para que seja obtida melhor proposta com preço compatível ao estimado.
- 7.2.2.** A negociação poderá ser feita com os demais fornecedores classificados, respeitada a ordem de classificação, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido para a contratação.
- 7.2.3.** Em qualquer caso, concluída a negociação, o resultado será registrado na ata do procedimento da dispensa eletrônica.
- 7.3.** Estando o preço compatível, será solicitado o envio da proposta e, se necessário, de documentos complementares, adequada ao último lance.
- 7.4.** O prazo de validade da proposta não será inferior a **60 (sessenta) dias**, a contar da data de sua apresentação.
- 7.5.** Será desclassificada a proposta vencedora que:
- 7.5.1.** conter vícios insanáveis;
- 7.5.2.** não obedecer às especificações técnicas pormenorizadas neste aviso ou em seus anexos;



7.5.3. apresentar preços inexequíveis ou permanecerem acima do preço máximo definido para a contratação;

7.5.4. não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;

7.5.5. apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste aviso ou seus anexos, desde que insanável.

7.6. Quando o fornecedor não conseguir comprovar que possui ou possuirá recursos suficientes para executar a contento o objeto, será considerada inexequível a proposta de preços ou menor lance que:

7.6.1. for insuficiente para a cobertura dos custos da contratação, apresente preços global ou unitários simbólicos, irrisórios ou de valor zero, incompatíveis com os preços dos insumos e salários de mercado, acrescidos dos respectivos encargos, ainda que o ato convocatório da dispensa não tenha estabelecido limites mínimos, exceto quando se referirem a materiais e instalações de propriedade do próprio fornecedor, para os quais ele renuncie a parcela ou à totalidade da remuneração.

7.6.2. apresentar um ou mais valores da planilha de custo que sejam inferiores àqueles fixados em instrumentos de caráter normativo obrigatório, tais como leis, medidas provisórias e convenções coletivas de trabalho vigentes.

7.7. Em contratação de obras ou serviços de engenharia, além das disposições acima, a análise de exequibilidade e sobrepreço considerará o seguinte:

7.7.1. para efeito de avaliação da exequibilidade e de sobrepreço, serão considerados o preço global, os quantitativos e os preços unitários tidos como relevantes, observado o critério de aceitabilidade de preços unitário e global a ser fixado neste Aviso de Contratação Direta, conforme as especificidades do mercado correspondente;

7.7.2. serão consideradas inexequíveis as propostas cujos valores forem inferiores a 75% (setenta e cinco por cento) do valor orçado pela Administração.

7.7.3. será exigida garantia adicional do licitante vencedor cuja proposta for inferior a 85% (oitenta e cinco por cento) do valor orçado pela Administração, equivalente à diferença entre este último e o valor da proposta, sem prejuízo das demais garantias exigíveis de acordo a Lei.

7.8. Se houver indícios de inexequibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que a empresa comprove a exequibilidade da proposta.

7.9. Erros no preenchimento da planilha não constituem motivo para a desclassificação da proposta, podendo a planilha ser ajustada pelo fornecedor, no prazo indicado pelo sistema, desde que não haja majoração do preço.

7.9.1. O ajuste de que trata este dispositivo se limita a sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas;

7.9.2. Considera-se erro no preenchimento da planilha passível de correção a indicação de



recolhimento de impostos e contribuições na forma do Simples Nacional, quando não cabível esse regime.

7.10. Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, poderá ser colhida a manifestação escrita do setor requisitante do serviço ou da área especializada no objeto.

7.11. Se a proposta ou lance vencedor for desclassificado, será examinada a proposta ou lance subsequente, e, assim sucessivamente, na ordem de classificação.

7.12. Havendo necessidade, a sessão será suspensa, informando-se no “chat” a nova data e horário para a sua continuidade.

7.13. Encerrada a análise quanto à aceitação da proposta, se iniciará a fase de habilitação, observado o disposto neste Aviso de Contratação Direta.

7.13.1. serão consideradas inexequíveis as propostas cujos valores forem inferiores a 75% (setenta e cinco por cento) do valor orçado pela Administração.

7.13.2. será exigida garantia adicional do licitante vencedor cuja proposta for inferior a 85% (oitenta e cinco por cento) do valor orçado pela Administração, equivalente à diferença entre este último e o valor da proposta, sem prejuízo das demais garantias exigíveis de acordo a Lei.

7.14. Se houver indícios de inexequibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que a empresa comprove a exequibilidade da proposta.

8. HABILITAÇÃO

8.1. Os documentos a serem exigidos para fins de habilitação deste aviso serão solicitados do fornecedor mais bem classificado da fase de lances.

8.2. Os documentos exigidos para habilitação deverão ser enviados no sistema no campo HABILITANET em formato digital, no prazo de **02 (duas)** horas, prorrogável por igual período, contado da solicitação do agente de contratação.

8.3. O agente de contratação solicitará ao fornecedor mais bem classificado que, no prazo de **02 (duas) horas**, envie a **proposta final** adequada ao último lance ofertado.

8.4. Como condição prévia ao exame da documentação de habilitação do fornecedor detentor da proposta classificada em primeiro lugar, será verificada o eventual descumprimento das condições de participação, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

a) Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União (www.portaldatransparencia.gov.br/ceis);

b) Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Atos de Improbidade Administrativa, mantido pelo Conselho Nacional de Justiça (www.cnj.jus.br/improbidade_adm/consultar_requerido.php).

c) Lista de Inidôneos mantida pelo Tribunal de Contas da União - TCU;



8.4.1. Para a consulta de fornecedores pessoa jurídica poderá haver a substituição das consultas das alíneas “b”, “c” e “d” acima pela Consulta Consolidada de Pessoa Jurídica do TCU (<https://certidoesapf.apps.tcu.gov.br/>).

8.4.2. A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa fornecedora e também de seu sócio majoritário, por força do artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992, que prevê, dentre as sanções impostas ao responsável pela prática de ato de improbidade administrativa, a proibição de contratar com o Poder Público, inclusive por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário.

8.4.2.1. Caso conste na Consulta de Situação do Fornecedor a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o gestor diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas.

8.4.2.1.1. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros.

8.4.2.1.2. O fornecedor será convocado para manifestação previamente à sua desclassificação.

8.4.3. Constatada a existência de sanção, o fornecedor será reputado inabilitado, por falta de condição de participação.

8.5. Havendo a necessidade de envio de documentos de habilitação complementares, necessários à confirmação daqueles exigidos neste Aviso de Contratação Direta e já apresentados, o fornecedor será convocado a encaminhá-los, em formato digital, após solicitação da Administração, sob pena de inabilitação.

8.6. Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital.

8.7. O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar Federal nº 123, de 2006, estará dispensado (a) da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal e (b) da apresentação do balanço patrimonial e das demonstrações contábeis do último exercício.

8.8. Havendo necessidade de analisar minuciosamente os documentos exigidos, a sessão será suspensa, sendo informada a nova data e horário para a sua continuidade.

8.9. Será inabilitado o fornecedor que não comprovar sua habilitação, seja por não apresentar quaisquer dos documentos exigidos, ou apresentá-los em desacordo com o estabelecido neste Aviso de Contratação Direta.

8.9.1. Na hipótese de o fornecedor não atender às exigências para a habilitação, o órgão ou entidade examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda às especificações do objeto e as condições de habilitação.

8.10. Constatado o atendimento às exigências de habilitação, o fornecedor será habilitado.



8.11. Habilitação jurídica:

8.11.1. no caso de empresário individual, inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

8.11.2. Em se tratando de Microempreendedor Individual – MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio www.portaldoempreendedor.gov.br;

8.11.3. No caso de sociedade empresária ou empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado na Junta Comercial da respectiva sede, acompanhado de documento comprobatório de seus administradores;

8.11.4. inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz, no caso de ser o participante sucursal, filial ou agência;

8.11.5. No caso de sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil das Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de prova da indicação dos seus administradores;

8.11.6. decreto de autorização, em se tratando de sociedade empresária estrangeira em funcionamento no País;

8.11.7. Os documentos acima deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

8.12. Regularidade fiscal, social e trabalhista:

8.12.1. prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

8.12.2. prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02/10/2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

8.12.3. prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

8.12.4. prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

8.12.5. prova de inscrição no cadastro de contribuintes *estadual e/ou municipal*, relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

8.12.6. prova de regularidade com a Fazenda *Estadual* do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;



8.12.7. prova de regularidade com a Fazenda *Municipal* do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

8.12.8. caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos *estaduais ou municipais* relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei;

8.13. Qualificação Econômico-Financeira:

8.13.1. certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor;

8.14. Qualificação Técnica:

8.14.1. Comprovação de aptidão para a prestação dos serviços em características, quantidades e prazos compatíveis com o objeto desta dispensa, ou com o item pertinente, mediante a apresentação de atestado(s) fornecido(s) por pessoas jurídicas de direito público ou privado.

8.14.2. Para fins da comprovação de que trata este subitem, os atestados deverão dizer respeito a contratos executados com as seguintes características mínimas:

8.14.2.1. Os atestados deverão referir-se a serviços prestados no âmbito de sua atividade econômica principal ou secundária especificadas no contrato social vigente;

8.14.3. O fornecedor disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, dentre outros documentos, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual da contratante e local em que foram prestados os serviços.

9. CONTRATAÇÃO

9.1. Após a homologação e adjudicação, caso se conclua pela contratação, será firmado Termo de Contrato ou emitido instrumento equivalente.

9.2. O adjudicatário terá o prazo de **03 (três) dias úteis**, contados a partir da data de sua convocação, para assinar o Termo de Contrato ou aceitar instrumento equivalente, conforme o caso (Nota de Empenho/Carta Contrato/Autorização), sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Aviso de Contratação Direta.

9.2.1. Alternativamente à convocação para comparecer perante o órgão ou entidade para a assinatura do Termo de Contrato, a Administração poderá encaminhá-lo para assinatura, mediante correspondência postal com aviso de recebimento (AR) ou meio eletrônico, para que seja assinado e devolvido no prazo de **24 (vinte e quatro) horas**, a contar da data de seu recebimento.

9.2.2. O prazo previsto para assinatura do contrato ou aceitação da nota de empenho ou instrumento equivalente poderá ser prorrogado 1 (uma) vez, por igual período, por solicitação justificada do adjudicatário e aceita pela Administração.

9.3. O Aceite da Nota de Empenho ou do instrumento equivalente, emitida à empresa adjudicada, implica no reconhecimento de que:



9.3.1. referida Nota está substituindo o contrato, aplicando-se à relação de negócios ali estabelecida as disposições da Lei Federal nº 14.133, de 2021;

9.3.2. a contratada se vincula à sua proposta e às previsões contidas no Aviso de Contratação Direta e seus anexos;

9.3.3. a contratada reconhece que as hipóteses de rescisão são aquelas previstas nos artigos 137 e 138 da Lei Federal nº 14.133/2021 e reconhece os direitos da Administração previstos nos artigos 137 a 139 da mesma Lei.

9.4. O prazo de vigência da contratação é de **30 (trinta) dias** prorrogável conforme previsão nos anexos a este Aviso de Contratação Direta.

9.5. Na assinatura do contrato ou do instrumento equivalente será exigida a comprovação das condições de habilitação e contratação consignadas neste aviso, que deverão ser mantidas pelo fornecedor durante a vigência do contrato.

10. SANÇÕES

10.1. Comete infração administrativa o fornecedor que cometer quaisquer das infrações previstas no art. 155 da Lei Federal nº 14.133, de 2021, quais sejam:

10.1.1. dar causa à inexecução parcial do contrato;

10.1.2. dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

10.1.3. dar causa à inexecução total do contrato;

10.1.4. deixar de entregar a documentação exigida para o certame;

10.1.5. não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;

10.1.6. não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

10.1.7. ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;

10.1.8. apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a dispensa eletrônica ou a execução do contrato;

10.1.9. fraudar a dispensa eletrônica ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;

10.1.10. comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;

10.1.10.1. Considera-se comportamento inidôneo, entre outros, a declaração falsa quanto às condições de participação, quanto ao enquadramento como ME/EPP ou o conluio entre os fornecedores, em qualquer momento da dispensa, mesmo após o encerramento da fase de lances.



- 10.1.11.** praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos deste certame.
- 10.1.12.** praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei Federal nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.
- 10.2.** O fornecedor que cometer qualquer das infrações discriminadas nos subitens anteriores ficará sujeito, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções:
- a)** Advertência pela falta do subitem 10.1.1 deste Aviso de Contratação Direta, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave;
 - b)** Multa de 30% (trinta por cento) sobre o valor estimado do(s) item(s) prejudicado(s) pela conduta do fornecedor, por qualquer das infrações dos subitens 10.1.1 a 10.1.12;
 - c)** Impedimento de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo que tiver aplicado a sanção, pelo prazo máximo de **3 (três) anos**, nos casos dos subitens 10.1.2 a 10.1.7 deste Aviso de Contratação Direta, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave;
 - d)** Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, que impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de **3 (três) anos** e máximo de **6 (seis) anos**, nos casos dos subitens 10.1.8 a 10.1.12, bem como nos demais casos que justifiquem a imposição da penalidade mais grave;
- 10.3.** Na aplicação das sanções serão considerados:
- 10.3.1.** a natureza e a gravidade da infração cometida;
 - 10.3.2.** as peculiaridades do caso concreto;
 - 10.3.3.** as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
 - 10.3.4.** os danos que dela provierem para a Administração Pública;
 - 10.3.5.** a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.
- 10.4.** Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor de pagamento eventualmente devido pela Administração ao contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.
- 10.5.** A aplicação das sanções previstas neste Aviso de Contratação Direta, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à Administração Pública.
- 10.6.** A penalidade de multa pode ser aplicada cumulativamente com as demais sanções. Se, durante o processo de aplicação de penalidade, houver indícios de prática de infração administrativa tipificada pela Lei Federal nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, como ato lesivo à administração pública nacional ou estrangeira, cópias do processo administrativo necessárias à apuração da responsabilidade da empresa deverão ser remetidas à autoridade competente, com despacho



fundamentado, para ciência e decisão sobre a eventual instauração de investigação preliminar ou Processo Administrativo de Responsabilização – PAR.

10.7. A apuração e o julgamento das demais infrações administrativas não consideradas como ato lesivo à Administração Pública nacional ou estrangeira nos termos da Lei Federal nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, seguirão seu rito normal na unidade administrativa.

10.8. O processamento do PAR não interfere no seguimento regular dos processos administrativos específicos para apuração da ocorrência de danos e prejuízos à Administração Pública Federal resultantes de ato lesivo cometido por pessoa jurídica, com ou sem a participação de agente público.

10.9. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa ao fornecedor/adjudicatário, observando-se o procedimento previsto na Lei Federal nº 14.133, de 2021, e subsidiariamente na Lei Federal nº 9.784, de 1999.

10.10. As sanções por atos praticados no decorrer da contratação estão previstas nos anexos a este Aviso.

11. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

11.1. O procedimento será divulgado no LICITANET e no Portal Nacional de Contratações Públicas - PNCP, e encaminhado automaticamente aos fornecedores registrados no aviso de licitações do Portal de Compras Públicas, por mensagem eletrônica, na correspondente linha de fornecimento que pretende atender.

11.2. No caso de todos os fornecedores restarem desclassificados ou inabilitados (procedimento fracassado), a Administração poderá:

11.2.1. republicar o presente aviso com uma nova data;

11.2.2. valer-se, para a contratação, de proposta obtida na pesquisa de preços que serviu de base ao procedimento, se houver, privilegiando-se os menores preços, sempre que possível, e desde que atendidas às condições de habilitação exigidas.

11.2.2.1. No caso do subitem anterior, a contratação será operacionalizada fora deste procedimento.

11.2.3. fixar prazo para que possa haver adequação das propostas ou da documentação de habilitação, conforme o caso.

11.3. As providências dos subitens 11.2.1 e 11.2.2 acima poderão ser utilizadas se não houver o comparecimento de quaisquer fornecedores interessados (procedimento deserto).

11.4. Havendo a necessidade de realização de ato de qualquer natureza pelos fornecedores, cujo prazo não conste deste Aviso de Contratação Direta, deverá ser atendido o prazo indicado pelo agente competente da Administração na respectiva notificação.

11.5. Caberá ao fornecedor acompanhar as operações, ficando responsável pelo ônus decorrente



da perda do negócio diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.

11.6. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário.

11.7. Os horários estabelecidos na divulgação deste procedimento e durante o envio de lances observarão o horário de Brasília-DF, inclusive para contagem de tempo e registro no Sistema e na documentação relativa ao procedimento.

11.8. No julgamento das propostas e da habilitação, a Administração poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado, registrado em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de habilitação e classificação.

11.9. As normas disciplinadoras deste Aviso de Contratação Direta serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

11.10. Os fornecedores assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo de contratação.


11.11. Em caso de divergência entre disposições deste Aviso de Contratação Direta e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Aviso.

11.12. Da sessão pública será divulgada em Ata no sistema eletrônico.

11.13. Integram este Aviso de Contratação Direta, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

11.13.1. ANEXO ÚNICO – Termo de Referência.

João Pessoa-PB, 03 de dezembro de 2025.

Documento assinado digitalmente
 **FERNANDA PRUDÊNCIO DA SILVA**
Data: 03/12/2025 15:09:38-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Fernanda Prudêncio da Silva
Conselho Regional de Psicologia



ANEXO ÚNICO

TERMO DE REFERÊNCIA

1. DO OBJETO

1.1. O objeto descrito neste Termo de Referência refere-se a: **AQUISIÇÃO DE APARELHOS TELEFÔNICOS MÓVEIS (CELULARES), APARELHOS TELEFÔNICOS FIXOS SEM FIO E TABLETS DESTINADOS AO CONSELHO REGIONAL DE PSICOLOGIA DA DÉCIMA TERCEIRA REGIÃO (CRP-13)**, segundo as normas contidas na LEI Nº 14.133, DE 1º DE ABRIL DE 2021, conforme especificação a seguir:

ITEM	DESCRIÇÃO DETALHADA	QTD	VALOR UNITÁRIO REFERENCIAL	VALOR TOTAL REFERENCIAL
1	- Aparelho Telefônico Celular Modelo: Smartphone Dual Chip, Quantidade Linhas Telefônicas: 2 UN, Características Adicionais: 128 Gb, 5g Tela 6.6, 4gb Ram, novo para primeiro uso. Sistema Operacional: Android 12 ou superior com garantia mínima de 12 meses. Rede De Dados Nos Padrões autorizados Pela Anatel Acessórios: Carregador De Bateria.	14	R\$1.654,95	R\$ 23.169,30
2	- Tablet Tela mínima de 10 Processador octa-core de 2.0GHz ou superior 4 GB RAM 64 GB armazenamento interno (expansível via microSD) Sistema Android 12 ou superior, Câmera traseira 8MP e frontal 5MP Conexões: Wi-Fi, Bluetooth 5.0, GPS. Porta USB-C Bateria mínima: 5000 mAh Acompanha carregador e cabo originais Garantia mínima: 12 meses.	02	R\$2.356,20	R\$ 4.712,40
3	- Aparelho Telefônico Sem Fio (homologado pela ANATEL) Com base carregadora Tecnologia DECT 6.0, Visor com identificação de chamada, Controle de volume (recepção/transmissão/ringue) Mínimo de 10 memórias de discagem rápida Compatível com rede de telecomunicações, CPA e PABX LED no monofone para sinalização Localizador de monofone Teclas: FLASH, REDIAL, (*), (#), MUDO Cor: preta Entrada de energia da base 220V comutação automática. Garantia mínima: 12 meses	13	R\$ 151,68	R\$ 1.971,84
VALOR TOTAL REFERENCIAL DE TODOS OS ITENS:				R\$ 29.853,54

1.2. O julgamento será realizado pelo menor preço por lote dentre as propostas ofertadas.

1.3. O objeto do procedimento é classificado como aquisição de bens.

1.4. O procedimento será regido pela Lei Federal nº 14.133, DE 1º DE ABRIL DE 2021, com fundamento na dispensa de licitação prevista no seu artigo 75, inciso II, da contratação que envolva valores inferiores a **R\$ 62.725,59 (sessenta e dois mil setecentos e vinte e cinco reais e cinquenta e nove centavos)**, no caso de outros serviços e compras.

2. JUSTIFICATIVA DA CONTRATAÇÃO



2.1. Da motivação do procedimento

2.1.1. A presente contratação tem como finalidade a aquisição de aparelhos telefônicos móveis (celulares), aparelhos telefônicos fixos sem fio e tablets destinados ao Conselho Regional de Psicologia da Décima Terceira Região (CRP-13).

2.1.2. A contratação é motivada pela necessidade de substituir os aparelhos telefônicos móveis, aparelhos telefônicos sem fio e tablets atualmente utilizados pelo Conselho Regional de Psicologia da 13ª Região, os quais se encontram desgastados, ultrapassados e com desempenho insuficiente para suportar as demandas administrativas e de comunicação institucional.

2.1.3. A lentidão dos equipamentos compromete o funcionamento dos aplicativos utilizados no atendimento à categoria, ocasiona atrasos no desempenho interno e dificulta a interação com os profissionais de forma célere e eficaz. Além disso, houve ampliação do quadro de pessoal e está previsto o ingresso de novos colaboradores em razão do concurso público em andamento, o que exige a disponibilização de dispositivos tecnológicos adequados para o pleno exercício das atividades. Também se constata a ausência de aparelho móvel institucional na subsede de Patos, o que limita a comunicação direta com os profissionais daquela região e prejudica a atuação descentralizada do CRP-13.

2.1.4. Dessa forma, a aquisição dos equipamentos é indispensável para assegurar a continuidade, a eficiência e a modernização dos serviços prestados, garantindo melhor estrutura de comunicação, suporte administrativo e atendimento à categoria profissional.

2.2. Da Natureza do Objeto

2.2.1. O objeto da contratação possui natureza de aquisição de bens permanentes destinados ao uso institucional, consistindo em aparelhos telefônicos móveis, aparelhos telefônicos sem fio e tablets novos, com especificações técnicas compatíveis com as necessidades operacionais do Conselho Regional de Psicologia da 13ª Região. Trata-se de equipamentos essenciais para o desempenho das atividades administrativas, de atendimento à categoria e de comunicação interna e externa, devendo ser fornecidos prontos para uso, com acessórios originais, garantia e conformidade com as normas da ANATEL.

2.2.2. A aquisição tem finalidade instrumental e se caracteriza como fornecimento de bens destinados ao funcionamento dos setores do CRP-13, incluindo a sede e a subsede, sem envolver prestação de serviços contínuos ou cessão de mão de obra, enquadrando-se como compra de equipamentos tecnológicos e de comunicação para suporte às atividades institucionais.

3. JUSTIFICATIVA DA DISPENSA DE LICITAÇÃO

3.1. A contratação pretendida será realizada com fundamento no **art. 75, inciso II, da Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021**, que permite a **dispensa de licitação para contratações de pequeno valor**. Para o exercício de 2025, o limite para essa modalidade está fixado em **R\$ 62.725,59 (sessenta e dois mil, setecentos e vinte e cinco reais e cinquenta e nove centavos)**. Sendo que o valor estimado para a aquisição dos aparelhos telefônicos móveis, dos aparelhos telefônicos sem fio e dos tablets totaliza **R\$ 29.853,54 (vinte e nove mil, oitocentos e cinquenta e três reais e cinquenta e quatro centavos)**, permanecendo dentro do teto legal permitido.

3.2. A dispensa será realizada na forma eletrônica, em conformidade com o Decreto Federal nº 10.024/2019 e demais normativos aplicáveis, assegurando competitividade, transparência e observância dos princípios da publicidade, impessoalidade e eficiência.

3.3. A adoção da dispensa eletrônica mostra-se adequada e proporcional, uma vez que o objeto é de aquisição pontual, a pesquisa de preços foi realizada em plataforma pública e há demonstração objetiva da necessidade administrativa. Dessa forma, o procedimento encontra respaldo legal e atende ao interesse público com economicidade e celeridade.



4. DA EXECUÇÃO E DOS CRITÉRIOS DE ACEITAÇÃO DO OBJETO

4.1. Os serviços deverão ser executados de acordo com a solicitação do CONTRATANTE, nos prazos a serem acertados previamente entre as partes.

4.2. Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos, a contar da notificação da CONTRATADA, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

4.3. O recebimento provisório ou definitivo do objeto não exclui a responsabilidade da CONTRATADA pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do contrato.

4.4. A CONTRATADA deverá garantir a entrega dos aparelhos telefônicos móveis, dos aparelhos telefônicos sem fio e dos tablets deverá ocorrer na sede do Conselho Regional de Psicologia da 13ª Região, dentro do prazo estabelecido no instrumento contratual.

4.5. Todos os equipamentos deverão ser novos, sem uso anterior, devidamente acondicionados e acompanhados de acessórios originais, manuais, termos de garantia e comprovação de homologação pela ANATEL, quando aplicável.

4.6. O setor competente realizará a conferência quantitativa e qualitativa dos itens entregues, verificando integridade física, funcionamento, configurações técnicas e conformidade com as especificações descritas no Termo de Referência.

4.7. Caso seja constatada alguma irregularidade, defeito, divergência ou descumprimento das especificações, o fornecedor será notificado para substituição ou adequação do item, sem qualquer ônus para a Administração;

5. DA GESTÃO E FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO

5.1. A fiscalização primária do escopo contratual será exercida por servidor, denominado Fiscal do Contrato, que deverá ser designado em portaria, ao qual competirá o acompanhamento direto do contrato, diligenciando sobre fiel a execução do ajuste e dando ciência ao CONTRATANTE de eventuais irregularidades detectadas.

5.2. A fiscalização de que trata este item não exclui, tampouco, reduz a responsabilidade da CONTRATADA, inclusive, perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior, e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade do CRP-13 ou de seus agentes e prepostos.

5.3. O Fiscal do Contrato anotar em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos funcionários eventualmente envolvidos, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis.

5.4. O fiscal do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário (Art. 23, I e II, do Decreto nº 11.246, de 2022).

6. ESTIMATIVA DE PREÇOS

6.1. A estimativa de preços foi realizada com base em pesquisa efetuada na plataforma Licitanet, considerando processos licitatórios homologados por outros órgãos públicos nos últimos 180 dias, o que assegura a aderência aos valores praticados no mercado e garante a compatibilidade com aquisições recentes pela Administração Pública.

6.2. As médias apuradas foram as seguintes: R\$ 1.654,95 (um mil, seiscentos e cinquenta e quatro reais e noventa e cinco centavos) para cada aparelho telefônico celular, R\$ 2.356,20 (dois mil, trezentos e cinquenta e seis reais e vinte centavos) para cada tablet e R\$ 151,68 (cento e cinquenta e um reais e sessenta e oito centavos) para cada aparelho telefônico sem fio.



6.3. Considerando as quantidades estimadas de 14 aparelhos celulares, 2 tablets e 13 telefones sem fio, o valor global previsto para a contratação é de **R\$ 29.853,54 (vinte e nove mil, oitocentos e cinquenta e três reais e cinquenta e quatro centavos)**. Essa estimativa encontra-se abaixo do limite estabelecido para a dispensa de licitação com fundamento no art. 75, inciso II, da Lei nº 14.133/2021, estando os documentos de pesquisa anexados ao processo para comprovação da metodologia adotada.

7. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

7.1. A estimativa da cobertura de despesas necessárias à execução do objeto de contrato ocorrerá com os recursos do Orçamento do CRP-13, do exercício de 2025, na estando prevista na rubrica orçamentária **6.2.2.1.1.02.01.03.002 - Máquinas e Equipamentos**.

8. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA DE PREÇOS

8.1. A proponente deverá apresentar proposta comercial visando atender às necessidades do CRP-13, e deverá conter no mínimo:

- 8.1.1.** Descrição do serviço, valor do custo mensal e anual;
- 8.1.2.** Endereço físico e eletrônico e telefone de contato;
- 8.1.3.** Data de emissão e de validade da proposta (No mínimo sessenta dias);
- 8.1.4.** Nome completo e identificação do responsável;
- 8.1.5.** Assinatura do responsável.

8.2. A proposta deverá considerar **TODOS OS CUSTOS** indicação expressa de que os preços propostos incluem todos os custos diretos e indiretos relacionados à execução do objeto, tais como impostos, taxas, encargos trabalhistas, fretes, seguros, entre outros.

9. DAS OBRIGAÇÕES

9.1. Das obrigações da Contratada

9.1.1. A CONTRATADA deve cumprir integralmente todas as obrigações constantes neste Termo, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto.

9.1.2. Executar os serviços em perfeitas condições, conforme especificações, prazo e local constantes neste Termo de Referência.

9.1.3. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do serviço, de acordo com os artigos 12, 13 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990).

9.1.4. Comunicar ao CRP-13, no **prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas** que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação.

9.1.5. Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no Termo de Referência e documentos que compõe esse processo de Contratação Direta.

9.1.6. Indicar preposto para representá-la durante a execução do contrato.

9.1.7. Atender prontamente a quaisquer exigências do CRP-13, inerentes à entrega dos serviços, prestando todo esclarecimento ou informação solicitada pela CONTRATANTE, garantindo-lhe o acesso, a qualquer tempo, aos documentos relativos à entrega dos equipamentos.

9.1.8. Não transferir a terceiros, por qualquer forma, nem mesmo parcialmente, as obrigações assumidas, nem subcontratar qualquer das prestações a que está obrigada, exceto nas condições autorizadas no Termo de Referência ou contrato assinado.

9.1.9. Responsabilizar-se pelas despesas dos tributos, encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, comerciais, taxas, fretes, seguros, deslocamento de pessoal, refeições, prestação de garantia e quaisquer outras que incidam ou venham a incidir na execução do contrato.



9.1.10. Responsabilizar-se pelos danos causados diretamente à CONTRATANTE ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do Contrato, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pelo órgão interessado.

9.1.11. Não divulgar nem fornecer dados ou informações obtidas em razão do contrato, e não utilizar o nome da CONTRATANTE para fins comerciais ou em campanhas e material de publicidade, salvo com autorização prévia.

9.1.12. Executar os serviços responsabilizando-se pela má atuação dos colaboradores encarregados de tal ação, bem como pela estada, alimentação ou quaisquer outras despesas.

9.1.13. A CONTRATADA deverá informar à CONTRATANTE endereço de e-mail eletrônico através do qual serão realizadas as comunicações, intimações e notificações, devendo estar a CONTRATADA ciente de que se sujeitará a remessa das respectivas manifestações por via eletrônica.

9.1.14. A Contratada fornecer todos os aparelhos telefônicos móveis, aparelhos telefônicos sem fio e tablets **novos, sem uso anterior**, em perfeito estado de funcionamento e de acordo com as especificações técnicas constantes do Termo de Referência;

9.1.15. A CONTRATADA deverá entregar os produtos **na sede do Conselho Regional de Psicologia da 13ª Região**, dentro do prazo estabelecido, arcando com todas as despesas de transporte, logística, seguro, frete, embalagem e demais encargos necessários;

9.1.16. A CONTRATADA deverá fornecer os equipamentos **acionados de forma adequada**, acompanhados de todos os **acessórios originais**, incluindo carregadores, cabos, manuais, baterias, termos de garantia e demais componentes inerentes ao funcionamento;

9.1.17. Assegurar **garantia mínima de 12 meses**, responsabilizando-se pela substituição ou reparo de qualquer item que apresentar defeito, vício, mau funcionamento ou desconformidade com o objeto contratado;

9.1.18. A CONTRATADA deverá substituir, sem ônus para a Administração, qualquer equipamento que apresentar avaria, irregularidade ou incompatibilidade no momento da entrega ou durante a garantia.

9.1.19. A CONTRATADA deverá fornecer os aparelhos de **IMEDIATO** após a assinatura do contrato.

9.2. Das obrigações da CONTRATANTE:

9.2.1. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência.

9.2.2. Verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade dos serviços recebidos provisoriamente com as especificações constantes do Termo de Referência e da proposta, para fins de aceitação e recebimento definitivos.

9.2.3. Comunicar à CONTRATADA, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas no objeto fornecido, para que seja substituído, reparado ou corrigido.

9.2.4. Acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações da CONTRATADA, através de comissão/servidor especialmente designado.

9.2.5. O CRP-13 não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela CONTRATADA com terceiros, ainda que vinculados à execução do presente Termo de Referência, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da CONTRATADA, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

9.3. Efetuar o pagamento à contratada no prazo acordado, desde que cumpridas todas as condições estabelecidas neste Termo de Referência e após a verificação da conformidade da entrega e da entrega dos equipamentos;

10. PROCEDIMENTOS DE TRANSIÇÃO E FINALIZAÇÃO DO CONTRATO

10.1.1. Ao término da entrega e após a verificação da conformidade dos equipamentos com as especificações contratuais, será emitido o termo de recebimento definitivo ou documento equivalente, formalizando a aceitação dos produtos pelo Conselho Regional de Psicologia da 13ª Região.

10.1.2. A contratada deverá garantir o pleno funcionamento dos aparelhos durante o período de garantia, permanecendo responsável pela substituição ou reparo dos itens que apresentarem defeitos ou vícios. Caso seja identificada alguma pendência ou desconformidade durante a fase de



recebimento, o CRP-13 notificará a contratada para que promova a regularização no prazo estabelecido, sem ônus para a Administração.

10.1.3. Encerrados os prazos de entrega, substituição e garantia contratual, e não havendo pendências, será realizado o encerramento formal do contrato. Havendo saldo financeiro a ser quitado, o pagamento ocorrerá após a liquidação da despesa, conforme as condições estabelecidas no instrumento contratual. Eventuais sanções, glosas ou compensações serão avaliadas antes da finalização. A contratada deverá manter à disposição do CRP-13 toda a documentação pertinente, inclusive notas fiscais, certificados e registros de assistência técnica, para fins de controle e arquivamento.

10.1.4. O término contratual não exime a contratada de responsabilidades posteriores relacionadas a vícios ocultos, danos causados ou obrigações legais pendentes.

10.2. Ressalta-se que o contrato poderá ser renovado, conforme dispõe o art. 106 da Lei Federal nº 14.133/2021, nas hipóteses de serviços e fornecimentos contínuos, por períodos sucessivos, até o limite de 5 (cinco) anos, desde que haja interesse da Administração e vantagem da proposta.

11. DAS SANÇÕES CONTRATUAIS

11.1. Caso a CONTRATADA descumpra total ou parcialmente os contratos celebrados com o CRP-13, serão aplicadas as sanções previstas no art. 156 e seguintes da Lei 14.133/2021, respeitando-se o contraditório e a ampla defesa, além dos seguintes critérios:

11.2. Advertência escrita, comunicando formalmente desacordo quanto à conduta do fornecedor sobre o descumprimento de contratos e outras obrigações assumidas, e a determinação da adoção das necessárias medidas de correção.

11.2.1. Multas, observando os seguintes limites máximos:

- a) 0,3 % (três décimos por cento) por dia, até o trigésimo dia de atraso, sobre o valor do serviço não realizado, ou sobre a etapa do cronograma físico de obras não cumprida;
- b) 10% (dez por cento) sobre o valor da ordem de serviços/fornecimento ou do contrato, em caso de recusa do adjudicatário em efetuar o reforço de garantia (quando exigida no contrato);
- c) 20% (vinte por cento) sobre o valor do serviço não realizado, no caso de atraso superior a 30 (trinta) dias, ou entrega de objeto com vícios ou defeitos ocultos que o tornem impróprio ao uso a que é destinado, ou diminuam-lhe o valor ou, ainda, fora as especificações contratadas.

11.2.2. Impedimento de licitar e contratar, impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo que tiver aplicado a sanção, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.

11.3. As penalidades de advertência e multa serão aplicadas de ofício ou por provocação do fiscal por meio de termo circunstanciado.

11.4. As demais sanções previstas poderão ser aplicadas cumulativamente com a de multa, assegurado o direito de defesa prévia do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, a contar da intimação do ato, no respectivo processo.

12. DA DOCUMENTAÇÃO RELATIVA À HABILITAÇÃO JURÍDICA, FISCAL, SOCIAL E TRABALHISTA

12.1. Previamente à celebração do contrato, a Administração verificará o eventual descumprimento das condições para contratação, especialmente quanto à existência de sanção que a impeça, mediante a consulta a cadastros informativos oficiais, tais como:

a) SICAF;

b) Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União (www.portaldatransparencia.gov.br/ceis);



c) Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/cnep>)

12.2. Deverão ser apresentados, ainda, os seguintes documentos:

12.2.1. Inscrição no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ);

12.2.2. Inscrição no cadastro de contribuintes estadual e/ou municipal, se houver, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

12.2.3. Regularidade perante a Fazenda federal, estadual e/ou municipal do domicílio ou sede do proponente, ou outra equivalente, na forma da lei;

12.2.4. Regularidade relativa à Seguridade Social e ao FGTS, que demonstre cumprimento dos encargos sociais instituídos por lei;

12.2.5. Regularidade perante a Justiça do Trabalho;

12.2.6. Cumprimento do disposto no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal.

12.2.7. Certidão negativa de feitos sobre falência expedida pelo distribuidor da sede do proponente.

12.3. Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos [Estadual/Distrital] ou [Municipal/Distrital] relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

12.4. Os documentos acima deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

13. DA DOCUMENTAÇÃO RELATIVA À QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

13.1. A CONTRATADA deverá apresentar uma declaração formal de sua capacidade técnica para realizar a execução do objeto contratado, informando a disponibilidade de recursos humanos e materiais necessários para a prestação dos serviços, como equipamentos, sistemas de suporte, ferramentas de monitoramento e assistência técnica.

13.2. A CONTRATADA deverá apresentar comprovação de aptidão para o fornecimento em características e compatíveis com o objeto desta licitação, mediante a apresentação de atestado(s) fornecido(s) por pessoas jurídicas de direito público ou privado;

14. SUBCONTRATAÇÃO E PRAZO DE VIGÊNCIA

14.1. Não será admitida a subcontratação do objeto deste procedimento.

14.2. O prazo de vigência contratual é de **12 (doze) meses** após a assinatura do presente contrato, nos termos do art. 105 da Lei Federal nº 14.133/2021.

João Pessoa/PB, 14 de outubro de 2025.

Rodrigo Barbosa de Lira
Pregoeiro do CRP-13



DOCUMENTO DE FORMALIZAÇÃO DA DEMANDA – DFD

DFD nº 015/2025

1. IDENTIFICAÇÃO DA ÁREA REQUISITANTE

Unidade Requisitante: Coordenadoria Geral do Conselho Regional de Psicologia da 13ª Região – CRP-13

Responsável pela solicitação: Mônica Domingos Bandeira

E-mail: gerencia@crp13.org.br

Telefone: (83) 3255-8282

2. IDENTIFICAÇÃO DO OBJETO

Aquisição de aparelhos telefônicos móveis (celulares), aparelhos telefônicos fixos sem fio e tablets destinados ao Conselho Regional de Psicologia da Décima Terceira Região (CRP-13).

3. JUSTIFICATIVA DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

A presente contratação se faz necessária diante do atual estado dos aparelhos telefônicos e tablets disponíveis no Conselho Regional de Psicologia da 13ª Região. Os equipamentos hoje utilizados encontram-se desgastados, ultrapassados e apresentam significativa lentidão, dificultando o pleno desenvolvimento das atividades administrativas e, sobretudo, prejudicando o atendimento eficiente à categoria de profissionais.

Destaca-se que, em razão da natureza das atividades desempenhadas por este Conselho, os canais de comunicação com a categoria demandam o uso contínuo de aplicativos modernos e atualizados, os quais não são suportados de forma satisfatória pelos aparelhos em uso atualmente.

Outro fator relevante é a ampliação do quadro de funcionários, que gerou a necessidade de aquisição de novos aparelhos para atender às demandas de comunicação e de suporte às atividades administrativas. Além disso, encontra-se em andamento o concurso público para contratação de novos colaboradores, o que implicará em uma demanda adicional por equipamentos tecnológicos adequados.

Cumprе salientar, ainda, que na subsede de Patos não há, até o momento, a disponibilidade de aparelho celular para comunicação institucional, o que dificulta a interlocução mais efetiva com a categoria de profissionais da região, reforçando a necessidade da presente aquisição.

Assim, a contratação ora proposta justifica-se pela imprescindibilidade de disponibilizar aparelhos telefônicos móveis, fixos sem fio e tablets modernos e adequados às atividades administrativas, garantindo maior eficiência nos processos internos e no atendimento prestado aos profissionais de Psicologia.

4. DETALHAMENTO DO OBJETO (art. 18, inciso II, da Lei Federal nº 14.133/2021)

Segue a descrição do objeto a ser contratado:



	DESCRIÇÃO / ESPECIFICAÇÃO	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1	- Aparelho Telefônico Celular Modelo: Smartphone Dual Chip, Quantidade Linhas Telefônicas: 2 UN, Características Adicionais: 128 Gb, 5g Tela 6.6, 4gb Ram, novo para primeiro uso. Sistema Operacional: Android 12 ou superior com garantia mínima de 12 meses. Rede De Dados Nos Padrões autorizados Pela Anatel Acessórios: Carregador De Bateria.	14	R\$1.654,95	R\$ 23.169,30
2	- Tablet Tela mínima de 10 Processador octa-core de 2.0GHz ou superior 4 GB RAM 64 GB armazenamento interno (expansível via microSD) Sistema Android 12 ou superior, Câmera traseira 8MP e frontal 5MP Conexões: Wi-Fi, Bluetooth 5.0, GPS. Porta USB-C Bateria mínima: 5000 mAh Acompanha carregador e cabo originais Garantia mínima: 12 meses.	02	R\$2.356,20	R\$ 4.712,40
3	- Aparelho Telefônico Sem Fio (homologado pela ANATEL) Com base carregadora Tecnologia DECT 6.0, Visor com identificação de chamada, Controle de volume (recepção/transmissão/tringue) Mínimo de 10 memórias de discagem rápida Compatível com rede de telecomunicações, CPA e PABX LED no monofone para sinalização Localizador de monofone Teclas: FLASH, REDIAL, (*), (#), MUDO Cor: preta Entrada de energia da base 220V comutação automática. Garantia mínima: 12 meses	13	R\$ 151,68	R\$ 1.971,84

5. DETALHAMENTO DA DESPESA E RECURSO (art. 40, inciso V, “c”, da Lei Federal nº 14.133/2021)

A despesa estimada para a contratação é de **R\$ 29.853,54 (vinte e nove mil, oitocentos e cinquenta e três reais e cinquenta e quatro centavos)**, conforme os valores médios de mercado





apurados para cada item descrito no detalhamento do objeto.

A contratação será custeada com recursos orçamentários próprios do Conselho Regional de Psicologia da 13ª Região, **previstos na dotação 6.2.2.1.1.02.01.03.002 - Máquinas e Equipamentos**. Há disponibilidade orçamentária suficiente para suportar a despesa, a qual está inserida no planejamento financeiro da instituição para o exercício vigente.

O valor global está compatível com os preços praticados no mercado e atende ao princípio da razoabilidade e economicidade previsto na Lei nº 14.133/2021.

6. PRAZO E LOCAL DE ENTREGA/EXECUÇÃO (Art. 6º, inciso XXIV, “c”, e art. 18, inciso VII, ambos da Lei Federal nº 14.133/2021)

Os aparelhos telefônicos móveis, aparelhos telefônicos sem fio e tablets deverão ser entregues **na sede do Conselho Regional de Psicologia da 13ª Região (CRP-13)**.

O prazo máximo para entrega será definido no instrumento contratual ou documento equivalente, contado a partir da assinatura do respectivo contrato ou documento de formalização da contratação, devendo assegurar o atendimento tempestivo das necessidades administrativas do Conselho.

A entrega deverá ocorrer em horário comercial, mediante protocolo e conferência dos itens, em perfeitas condições de uso, com todos os acessórios previstos e documentação pertinente à garantia.

7. INDICAÇÃO DO AGENTE DE CONTRATAÇÃO (LX do art. 6º e *caput* e § 3º do art. 8º da Lei Federal nº 14.133/2021 c/c Decreto Federal nº 11.246/2022)

Agente de Contratação: Rodrigo Barbosa de Lira, ocupante do cargo público de Analista de Tecnologia da Informação e Comunicação.

8. INDICAÇÃO DO GESTOR E DO FISCAL DO CONTATO (§ 3º do art. 8º e art. 117, ambos da Lei Federal nº 14.133/2021 c/c Decreto Federal nº 11.246/2022)

Gestor do Contrato: Mônica Domingos Bandeira, ocupante do cargo público de Coordenação.

Fiscal do Contrato: Severina Batista Rodrigues ocupante do cargo público de Auxiliar Administrativo.

9. RESPONSABILIDADE PELA FORMALIZAÇÃO DA DEMANDA E CONTEÚDO DO DOCUMENTO

Ao assinar este documento, declaro estar ciente e de acordo com os termos e condições apresentados acima.

Assim, fica formalizada a demanda havendo a devida comprovação da necessidade da



CONSELHO
REGIONAL DE
PSICOLOGIA
CRP-13 PB



referida contratação obedecendo ao disposto no art. 12, inciso VII, da Lei Federal nº 14.133/2021.

João Pessoa/PB, 10 de setembro de 2025.

Mônica Domingos Bandeira
Coordenadora Geral do CRP-13 PB

Conta	2025	2024
6.2.2.1.1.02 - CRÉDITO DISPONÍVEL DESPESA DE CAPITAL	212.000,00	630.000,00
6.2.2.1.1.02.01 - INVESTIMENTOS	162.000,00	580.000,00
6.2.2.1.1.02.01.01 - OBRAS, INSTALAÇÕES E REFORMAS	20.000,00	20.000,00
6.2.2.1.1.02.01.01.002 - Reformas	20.000,00	20.000,00
6.2.2.1.1.02.01.03 - EQUIPAMENTOS E MATERIAIS PERMANENTES	142.000,00	260.000,00
6.2.2.1.1.02.01.03.001 - Móveis e Utensílios	72.000,00	200.000,00
6.2.2.1.1.02.01.03.002 - Máquinas e Equipamentos	30.000,00	30.000,00
6.2.2.1.1.02.01.03.006 - Equipamentos de Processamento de Dados	40.000,00	30.000,00
6.2.2.1.1.02.01.04 - AQUISIÇÃO DE IMÓVEIS	0,00	300.000,00
6.2.2.1.1.02.01.04.002 - Salas	0,00	300.000,00
6.2.2.1.1.02.04 - OUTRAS DESPESAS CAPITAL	50.000,00	50.000,00
6.2.2.1.1.02.04.01 - TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	50.000,00	50.000,00
6.2.2.1.1.02.04.01.002 - Reservas	50.000,00	50.000,00

	RECEITA		DESPESAS	
	2025	2024	2025	2024
CORRENTES:	3.618.993,67	3.334.203,25	3.586.993,67	2.854.203,25
CAPITAL:	180.000,00	150.000,00	212.000,00	630.000,00
RESERVA DE CONTINGÊNCIA:			0,00	0,00
TOTAL:	3.798.993,67	3.484.203,25	3.798.993,67	3.484.203,25



ESTUDOS TÉCNICOS PRELIMINARES (ETP)

ETP nº 015/2025

1) DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO/AQUISIÇÃO

1.1 A necessidade da aquisição de aparelhos telefônicos móveis (celulares), aparelhos telefônicos fixos sem fio e tablets destinados ao Conselho Regional de Psicologia da Décima Terceira Região (CRP-13).

1.2 A contratação tem por finalidade suprir a necessidade de modernização e ampliação dos equipamentos de comunicação utilizados pelo Conselho Regional de Psicologia da 13ª Região, diante do desgaste e baixa performance dos aparelhos atualmente em uso. A lentidão dos dispositivos vem comprometendo a execução das atividades administrativas, dificultando o atendimento à categoria profissional e prejudicando a utilização de aplicativos institucionais e canais digitais de comunicação.

1.3 Além disso, houve aumento do quadro de colaboradores e estão previstas novas contratações em decorrência do concurso público que será realizado neste exercício, o que exige a disponibilização de novos aparelhos para garantir condições adequadas de trabalho e comunicação interna e externa. Soma-se a isso a necessidade de estruturar a subsede de Patos, que atualmente não dispõe de dispositivo móvel institucional para contato eficiente com a categoria da região.

1.4 Dessa forma, a aquisição de aparelhos celulares, telefones sem fio e tablets revela-se indispensável para assegurar a continuidade, eficiência e modernização das atividades administrativas, de atendimento e comunicação institucional desenvolvidas pelo CRP-13.

2) CONSIDERAÇÕES PRELIMINARES – PROBLEMÁTICA ATUAL

2.1 Atualmente, os aparelhos utilizados pelos setores administrativos e de atendimento do CRP-13 encontram-se desgastados, tecnologicamente defasados e com desempenho insuficiente para suportar as demandas institucionais. A lentidão dos dispositivos compromete o uso de aplicativos essenciais para a comunicação com a categoria, dificultando o acesso às plataformas digitais, mensagens institucionais, atendimento remoto e registros administrativos.

2.2 A ampliação do quadro de pessoal também agravou o problema, pois não há equipamentos suficientes para atender aos novos colaboradores, tampouco àqueles que ingressarão após o concurso público. A subsede de Patos, por sua vez, ainda não possui aparelho celular institucional, o que prejudica a comunicação direta, ágil e eficiente com os profissionais da região.

2.3 Essas limitações vêm impactando negativamente a continuidade dos serviços, a agilidade institucional, o cumprimento de rotinas administrativas e a qualidade do atendimento prestado à categoria.

3) DESCRIÇÃO DOS REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO/AQUISIÇÃO NECESSÁRIOS E SUFICIENTES À ESCOLHA DA SOLUÇÃO

3.1 Para que a solução proposta seja adequada e suficiente, a contratação deve observar os seguintes requisitos:

- a) **Atendimento às demandas administrativas e de comunicação institucional**, com equipamentos compatíveis com aplicativos e sistemas utilizados pelo CRP-13.
- b) **Reposição e ampliação do quantitativo de aparelhos**, considerando o aumento do quadro de colaboradores e as novas contratações decorrentes do concurso público.



- c) **Modernização tecnológica**, com especificações que garantam velocidade, armazenamento adequado, conectividade eficiente e compatibilidade com normas da ANATEL.
- d) **Garantia mínima de 12 meses**, assegurando suporte e durabilidade dos equipamentos adquiridos.
- e) **Inclusão da subsede de Patos**, garantindo um canal institucional de comunicação com a categoria daquela região.
- f) **Aquisição de produtos novos para primeiro uso**, com acessórios originais e prontos para utilização imediata.
- g) **Compatibilidade com redes móveis e fixas**, com conectividade adequada (Wi-Fi, Bluetooth, redes móveis autorizadas, tecnologia DECT, PABX e CPA).
- h) **Entrega centralizada na sede do CRP-13**, permitindo controle, conferência e distribuição conforme necessidade interna.

4) LEVANTAMENTO DE MERCADO

4.1. Para definição do valor estimado da contratação, foi realizado levantamento de mercado por meio da plataforma **LICITANET**, considerando **processos licitatórios homologados por outros órgãos públicos nos últimos 180 (cento e oitenta) dias**.

4.2 Foram consultadas aquisições de itens com especificações equivalentes aos pretendidos pelo CRP-13, abrangendo aparelhos telefônicos celulares, aparelhos telefônicos sem fio e tablets. As pesquisas contemplaram preços homologados, refletindo valores efetivamente contratados pela Administração Pública em todo o território nacional.

5) DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO

5.1. A solução proposta consiste na aquisição de aparelhos telefônicos celulares, aparelhos telefônicos sem fio e tablets novos, com especificações técnicas compatíveis com as demandas administrativas, operacionais e de comunicação institucional do Conselho Regional de Psicologia da 13ª Região.

5.2 A contratação visa substituir aparelhos antigos, suprir a necessidade decorrente da ampliação do quadro funcional e garantir a estrutura mínima necessária para a atuação da subsede de Patos, que ainda não dispõe de dispositivo móvel institucional.

6) ESTIMATIVA DAS QUANTIDADES A SEREM CONTRATADAS/ADQUIRIDAS

6.1 A definição das quantidades levou em consideração a necessidade de substituição de equipamentos obsoletos, a ampliação do quadro funcional, o atendimento às atividades administrativas e institucionais, bem como a estruturação da subsede de Patos. Assim, estima-se a contratação/aquisição dos seguintes itens:

- a) **14 (quatorze) aparelhos telefônicos celulares smartphones**, destinados aos setores administrativos, atendimento institucional, coordenações, conselheiros e novos colaboradores decorrentes do concurso público;
- b) **02 (dois) tablets**, voltados ao suporte das atividades que exigem mobilidade, acesso a sistemas e comunicação digital com a categoria;
- c) **13 (treze) aparelhos telefônicos sem fio**, para uso nos setores internos que demandam comunicação fixa eficiente, inclusive em áreas com circulação de servidores e necessidade de mobilidade limitada.





6.2 As quantidades estimadas são suficientes para atender à atual demanda do CRP-13 e garantir margem mínima para integração dos novos colaboradores e funcionamento adequado da subsede.

7) ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO/AQUISIÇÃO

7.1 Para a estimativa do valor da contratação, foi utilizada como referência a média dos preços orçados obtidos por meio de pesquisa de mercado realizada na plataforma Licitanet, com base em processos licitatórios homologados por outros órgãos públicos nos últimos 180 dias.

7.2 A estimativa do valor da contratação foi definida com base nas pesquisas realizadas na plataforma LICITANET, tomando como referência processos licitatórios homologados por outros órgãos públicos nos últimos 180 (cento e oitenta) dias. Os valores médios encontrados para cada item foram os seguintes:

- a) **Aparelhos telefônicos celulares (smartphones):** R\$ 1.654,95 (valor unitário médio)
- b) **Tablets:** R\$ 2.356,20 (valor unitário médio)
- c) **Aparelhos telefônicos sem fio:** R\$ 151,68 (valor unitário médio)

7.3 Com base nesse levantamento e nas quantidades estimadas, tem-se o seguinte valor global:

ITEM	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO	(R\$) VALOR TOTAL (R\$)
Aparelhos celulares	14	R\$ 1.654,95	R\$ 23.169,30
Tablets	02	R\$ 2.356,20	R\$ 4.712,40
Telefones sem fio	13	R\$ 151,68	R\$ 1.971,84

Valor total estimado da contratação:

R\$ 29.853,54 (vinte e nove mil, oitocentos e cinquenta e três reais e cinquenta e quatro centavos)

8) JUSTIFICATIVA PARA PARCELAMENTO OU NÃO DA CONTRAÇÃO

8.1. A presente contratação não será parcelada, uma vez que se trata da aquisição de bens que serão entregues integralmente e em uma única remessa, garantindo padronização, economicidade e celeridade no atendimento da demanda institucional.

8.2. O pagamento será realizado de forma integral, após a entrega total dos produtos, em conformidade com as especificações estabelecidas e mediante conferência e aceite pelo setor competente. A unificação do fornecimento assegura melhor controle administrativo, evita fracionamento injustificado da despesa e está alinhada às boas práticas de planejamento previstas na Lei nº 14.133/2021.

9) DEMONSTRATIVO DOS RESULTADOS PRETENDIDOS

9.1 A contratação tem como resultado esperado a modernização e ampliação dos meios de comunicação institucional, permitindo que as atividades administrativas sejam executadas com mais agilidade, que o atendimento à categoria profissional ocorra de forma eficiente e que os aplicativos institucionais funcionem sem interrupções.



A substituição dos aparelhos antigos e a disponibilização de novos equipamentos para os colaboradores atuais e futuros garantem maior desempenho, integração e continuidade dos serviços. Além disso, a instalação de aparelho móvel institucional na subsede de Patos proporcionará comunicação mais efetiva com os profissionais daquela região.

10) PROVIDÊNCIAS A SEREM ADOTADAS PELO CRP-13 PREVIAMENTE À CELEBRAÇÃO DO CONTRATO

10.1 O CRP-13 deve garantir que o Termo de Referência esteja finalizado, detalhando todos os aspectos da contratação, como a descrição dos serviços a serem prestados, as responsabilidades do contratado. O Termo de Referência será a base para a solicitação de propostas e para a definição do contratado.

10.2 O CRP-13 precisará definir, junto à empresa contratada, um cronograma de envio dos aparelhos, alinhando a ativação e a distribuição nos setores.

11) DESCRIÇÃO DE POSSÍVEIS IMPACTOS AMBIENTAIS E RESPECTIVAS MEDIDAS MITIGADORAS

11.1 Quanto aos possíveis impactos ambientais, a aquisição de equipamentos eletrônicos pode gerar descarte de resíduos tecnológicos, motivo pelo qual serão adotadas medidas mitigadoras para evitar danos ambientais. Os aparelhos que serão substituídos terão descarte adequado conforme a Política Nacional de Resíduos Sólidos, sendo preferencialmente destinados à logística reversa ou a empresas especializadas em reciclagem. O CRP-13 providenciará o armazenamento seguro dos equipamentos inservíveis até sua retirada, registrará a destinação ambientalmente correta no processo e, sempre que possível, priorizará fornecedores que comprovem conformidade com normas ambientais e certificação da ANATEL. Também haverá orientação interna para não descarte em lixo comum e controle formal sobre o destino final desses materiais, garantindo rastreabilidade e responsabilidade ambiental.

12) FONTE DOS RECURSOS

12.1 A contratação será custeada com recursos próprios do Conselho Regional de Psicologia da 13ª Região (CRP-13), no orçamento de 2025, por meio da seguinte rubrica orçamentária:

6.2.2.1.1.02.01.03.002 - Máquinas e Equipamentos.

13) POSICIONAMENTO CONCLUSIVO SOBRE A ADEQUAÇÃO DA CONTRATAÇÃO/AQUISIÇÃO PARA O ATENDIMENTO DA NECESSIDADE A QUE SE DESTINA

13.1 A contratação mostra-se adequada, necessária e proporcional para atender às demandas do CRP-13, diante da obsolescência dos equipamentos atuais, da ampliação do quadro funcional e da necessidade de estruturação da comunicação institucional, inclusive da subsede de Patos.

13.2 O objeto atende aos requisitos técnicos, operacionais e administrativos, com estimativa de custos baseada em pesquisa de mercado idônea, planejamento compatível com a Lei nº 14.133/2021 e alinhamento às necessidades institucionais.

13.3 Conclui-se que a solução proposta é viável, eficiente e suficiente para suprir a necessidade

Página 4 de 5.



CONSELHO
REGIONAL DE
PSICOLOGIA
CRP-13 PB



identificada, garantindo melhoria na qualidade dos serviços prestados, otimização das rotinas de trabalho e fortalecimento da comunicação com a categoria profissional.

João Pessoa/PB, 14 de outubro de 2025.

Severina Batista Rodrigues
Membro da Comissão de Contratação do CRP-13



ANÁLISE DE RISCOS

A análise de risco para o processo de contratação voltado à Aquisição de aparelhos telefônicos móveis (celulares), aparelhos telefônicos fixos sem fio e tablets destinados ao Conselho Regional de Psicologia da Décima Terceira Região (CRP-13), em conformidade com a Lei nº 14.133/2021, envolve a avaliação dos possíveis riscos que podem impactar o sucesso do procedimento, desde a fase de aquisição até a entrega, recebimento e uso dos equipamentos. O gerenciamento de riscos permite o planejamento, o monitoramento e o controle das ações necessárias para prevenir falhas e assegurar a eficiência da contratação, da execução e da gestão do contrato.

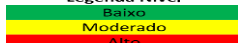
Pode-se considerar a matriz de risco um conjunto de informações relacionadas aos riscos identificados na contratação, onde ela apresenta de forma clara e objetiva os dados classificatórios, as análises de risco e controle de riscos.

Para cada risco identificado, define-se a probabilidade de eles ocorrerem, através dos níveis demonstrados, podendo ser baixo, moderado ou alto. Em seguida, os possíveis impactos trazidos por ele e sua solução para que a Administração não caia no prejuízo. Conforme níveis de riscos encontrados a solução trazida será mais completa, ou seja, quanto maior o nível de risco maior deverá ser o impacto e melhor deverá ser a solução sugerida.

Tabela 1: Identificação dos riscos encontrados.

Nº	RISCO	NÍVEL	IMPACTO	SOLUÇÃO
R01	Não conformidade legal e regulatória	Baixo	Fornecimento por empresa sem regularidade fiscal ou ausência de homologação dos produtos pela Anatel.	Exigir comprovação de regularidade jurídica, fiscal e técnica, bem como certificações e homologações obrigatórias.
R02	Entrega fora do prazo	Moderado	Prejuízo às atividades administrativas e de atendimento por falta dos equipamentos necessários.	Estabelecer prazos contratuais claros, prever penalidades e designar responsável para acompanhamento das entregas.
R03	Fornecimento de produtos incompatíveis ou com especificações inferiores	Moderado	Dificuldade de uso, inadequação às atividades e necessidade de substituição dos itens.	Conferência técnica rigorosa no recebimento, recusa de itens incompatíveis e exigência de substituição imediata.
R04	Equipamentos com defeito ou vício oculto após o recebimento	Alto	Prejuízo ao uso cotidiano, paralisação de atividades e retrabalho interno.	Exigir garantia mínima de 12 meses, solicitar substituição ou reparo imediato e manter registro permanente de ocorrências.
R05	Falta de assistência técnica ou descumprimento da garantia	Baixo	Dificuldade para correção de falhas e prejuízo ao uso dos equipamentos.	Exigir comprovação de assistência técnica no contrato, prever cláusulas de responsabilização e atendimento ágil.

Legenda Nível





A análise demonstra que a aquisição de aparelhos telefônicos móveis, telefones sem fio e tablets envolve riscos de natureza legal, técnica e operacional que podem comprometer a contratação caso não sejam devidamente observados e monitorados. Os principais riscos identificados concentram-se na possibilidade de atraso na entrega, fornecimento de produtos com especificações inadequadas, falhas de funcionamento após o recebimento, ausência de homologação dos equipamentos junto à ANATEL e eventual descumprimento das obrigações de garantia e assistência técnica por parte da fornecedora. Tais ocorrências podem gerar prejuízos à execução das atividades administrativas, atrasos na comunicação institucional, retrabalho, custos adicionais e necessidade de responsabilização contratual.

Entretanto, todos os riscos mapeados são considerados controláveis e mitigáveis por meio de medidas preventivas e corretivas, tais como a verificação prévia da regularidade fiscal e técnica da contratada, a exigência de certificação e homologação dos equipamentos, a definição contratual de prazos objetivos para entrega, a previsão de penalidades em caso de descumprimento, a fiscalização do recebimento pelo setor competente, o registro formal de inconformidades e a responsabilização da fornecedora pela substituição integral de itens defeituosos ou incompatíveis. A exigência de garantia mínima de 12 meses e a comprovação da capacidade de assistência técnica também funcionam como mecanismos de proteção à Administração.

Com a adoção dessas salvaguardas, conclui-se que o processo apresenta nível de risco baixo ou moderado, plenamente aceitável para contratações dessa natureza, não havendo impedimento à sua continuidade. A contratação mostra-se viável, segura e alinhada ao interesse público, desde que as medidas de mitigação sejam observadas e que o acompanhamento da execução seja feito de forma ativa pelo CRP-13, garantindo a entrega de equipamentos adequados, o cumprimento do contrato e a continuidade dos serviços institucionais.

João Pessoa (PB), 10 de setembro de 2025.


Mônica Domingos Bandeira

Coordenadora Geral do CRP-13 PB


AUTORIZAÇÃO DE FORMALIZAÇÃO DA DEMANDA

Diante das informações e justificativas apresentadas, a demanda descrita no **DFD nº 015/2025** fica formalizada e aprovada, estando apta para ser executada conforme os termos estabelecidos por Lei de Nº 14.133/2021.

João Pessoa/PB, 10 de setembro de 2025.

Documento assinado digitalmente
 **FERNANDA PRUDÊNCIO DA SILVA**
Data: 10/10/2025 17:48:58-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Fernanda Prudêncio da Silva
Conselheira Presidente do CRP-13

Documento assinado digitalmente
 **RODRIGO BARBOSA DE LIRA**
Data: 14/10/2025 15:06:11-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Rodrigo Barbosa de Lira
Agente de Contratação



Pesquisa de Preço



Orgão	Item	Data Homolog.	QTD	Unidade	Preço Orçado Unit.	Preço Homologado Unit.	Fornecedor	Cidade
MUNICÍPIO DE GOVERNADOR JORGE TEIXEIRA/RO Processo - 017/2024	APARELHOS TELEFÔNICOS SEM FIO - Aparelho telefônico com modelo homologado pela Anatel; Aparelho telefônico sem fio com carregador de bateria (base); Com tecnologia DECT 6.0; Visor com identificação de chamada; Controle de volume da recepção/transmissão e do ringue de chamada; Mínimo de 10 (dez) memórias de discagem rápida; Compatível com a Rede de Telecomunicações, central tipo CPA e centrais PABX; Led no monofone para sinalização de carga e campainha; Localizador de monofone; Teclas para as funções: FLASH (para a programação e utilização de serviços oferecidos pela companhia telefônica ou para acessar as facilidades oferecidas pelo PABX); REDIAL (para rediscagem automática do último número chamado); (*) e (#) (para a programação de facilidades oferecidas pelo PABX); MUDO; Cor: preto; Tensão de entrada da fonte de alimentação da base em 110V/220 VAC, com comutação automática; Marca: intelbras Modelo: TS2510	01/09/2025	35,00	UND	169,09	159,00	NADJA MARINA PIRES EPP CNPJ - 12.130.958/0001-86	Brasília - DF
MUNICÍPIO DE MIRANTE/BA Processo - 009/2025	APARELHO DE TELEFONE SEM FIO COM IDENTIFICADOR DE CHAMADAS -DISPLAY LUMINOSO - VIVA VOZ Marca: Motorola Modelo: Motorola	02/09/2025	15,00	Unidades	158,55	158,04	NP COMERCIO E SERVICOS LTDA CNPJ - 55.997.012/0001-24	Ipororó - BA
MUNICÍPIO DE NOVA GUARITA/MT Processo - 16/2025	APARELHO TELEFONICO FIXO SEM FIO COMBO COM IDENTIFICADOR DE CHAMADAS Marca: intelbras Modelo: ts 2510	24/09/2025	5,00	un	311,98	138,00	MAB COMERCIO DE PRODUTOS E SERVICOS LTDA CNPJ - 50.247.672/0001-74	Sancierlândia - GO

Média dos Preços Orçado

R\$ 213,21

Média dos Preços Homologado

R\$ 151,68

Data do Relatório

01/10/2025



Pesquisa de Preço



Orgão	Item	Data Homolog.	QTD	Unidade	Preço Orçado Unit.	Preço Homologado Unit.	Fornecedor	Cidade
CÂMARA MUNICIPAL DE TABATINGA/ AM Processo - 004/2025	APARELHO TELEFÔNICO CELULAR - Celular Smartphone: Memória interna: 64 GB; Memória RAM: 4 GB; Tamanho mínimo da tela: 6 Cor: Preto Dual chip; (Nano-SIM) Tecnologia-4G/5G; Sistema Operacional: Android Versão do Sistema Operacional: 10. Processador; Velocidade do Processador: 2.0 GHz; Resolução da Câmera traseira de 16MP e frontal 8MP; Câmera Traseira Flash- Flash LED; com carregador. (COM GARANTIA DE 12 MESES PELA FABRICANTE) Marca: SAMSUNG Modelo: SAMSUNG	21/07/2025	2,00	UND	1.835,50	950,00	G. L. VIANA VALENTE LTDA-ME CNPJ - 37.601.767/0001-86	Manaus - AM
MUNICÍPIO DE VERDEJANTE/ PE Processo - 031/2025	APARELHO CELULAR SMARTPHONE 128GB, 4GB RAM, 4GB RAM, AI CAMERA 50MP, BATERIA 6000 MAH, TELA DE 6,6 HD.NOVO SEM NENHUM TIPO DE FISSURA. COM CARREGADOR E CAIXA LACRADO Marca: Samsung Galaxy A06 Modelo: Samsung Galaxy A06	01/08/2025	8,00	UNID	795,77	795,77	MP COMERCIO VAREJISTA LTDA CNPJ - 56.980.229/0001-94	São Lourenço do Oeste - SC
MUNICÍPIO DE SÍTIO DO QUINTO/BA Processo - 35/2025	APARELHO TELEFÔNICO CELULAR - Aparelho Telefônico Celular Modelo: Smartphone Dual Chip , Quantidade Linhas Telefônicas: 2 UN, Características Adicionais: 128 Gb, 5g Tela 6.6, 4gb Ram , Acessórios: Carregador De Bateria Marca: Samsung Modelo: Galaxy A06 com tela de 6.7", 128GB	18/08/2025	12,00	UNID	1.429,00	839,99	JOSEFA CASTRO MATOS CNPJ - 28.221.264/0001-94	Cícero Dantas - BA
MUNICÍPIO DE BUJARI/AC Processo - 008/2025	APARELHO CELULAR SMARTPHONE COM AS SEGUINTE CARACTERÍSTICAS MÍNIMAS: 4G; 128GB; 6GB RAM; CÂMERA 8MP SELFIE 5MP; USB-C; NFC; WI-FI; TELA 6; DUAL CHIP; TIPO DE CHIP: NANO CHIP; SISTEMA OPERACIONAL: ANDROID 12OU SUPERIOR; PROCESSADOR: OCTA-CORE. REDE DE DADOS NOS PADRÕES AUTORIZADOS PELA ANATEL; CORES PREDOMINANTES: PRETO, PRATA, CINZA ESCURO OU AZUL ESCURO. CELULAR DESBLOQUEADO. ACOMPANHA: CAPA E PELÍCULA PROTETORAS, CARREGADOR, CABO USB, EXTRATOR DE CHIP E MANUAL DO USUÁRIO. Marca: SAMSUNG Modelo: SAMSUNG	03/09/2025	8,00	UNID	1.784,77	969,50	T. C. OLIVEIRA - EIRELI CNPJ - 33.297.274/0001-43	Rio Branco - AC
SEJESP- Secretaria Municipal da Juventude e do Esporte de Aracaju-SE Processo - 732/2025	APARELHO TELEFÔNICO CELULAR, 256 GB, SISTEMA ANDROID OU IOS. CARACTERÍSTICAS: APARELHO TELEFÔNICO CELULAR, 256 GB, SISTEMA ANDROID OU IOS. Marca: SAMSUNG Modelo: S-25	29/09/2025	1,00	Unidade	4.738,00	4.719,50	56.982.574 VALMIR MIGUEL GOMES FILHO CNPJ - 56.982.574/0001-67	Nossa Senhora do Socorro - SE

Média dos Preços Orçado

R\$ 2.116,61

Média dos Preços Homologado

R\$ 1.654,95

Data do Relatório

01/10/2025



Pesquisa de Preço



Orgão	Item	Data Homolog.	QTD	Unidade	Preço Orçado Unit.	Preço Homologado Unit.	Fornecedor	Cidade
MUNICÍPIO DE MAGALHÃES BARATA/PA Processo - 003/2025	TABLET 10 POL.- Especificação mínima: Tablet 10.4Especificações: Tela (touchscreen), tamanho mínimo de 10,4 polegadas, com resolução mínima de 2000 x 1200 pixels. Processador octa-core, com arquitetura de desempenho equivalente ou superior ao modelo Exynos 1280. Câmera traseira com resolução mínima de 8 megapixels (MP) e Câmera frontal com resolução mínima de 5 megapixels (MP). Compatível com redes Wi-Fi 802.11 a/b/g/n/ac, com suporte às bandas de 2,4 GHz e 5 GHz. Compatível com Bluetooth versão 5.3, com suporte aos perfis A2DP e LE (Low Energy). Deve possuir porta USB Tipo-C, Bateria Li-Po, com capacidade mínima de 7040 mAh. Caneta digital (stylus pen) compatível com o modelo fornecido; Capa protetora (case) com encaixe adequado ao modelo do tablet. Marca: Samsung Modelo: TAB X520 S10 FE	22/07/2025	14,00	unidade	2.822,00	2.539,00	MEGA EQUIPAMENTOS E SUPRIMENTOS DE INFORMATICA LTDA CNPJ - 41.425.808/0001-06	Castanhal - PA
MUNICÍPIO DE UNIÃO DE MINAS /MG Processo - 16/2025	TABLET COM TELA MÍNIMA DE 10, PROCESSADOR OCTA-CORE DE 2.0GHZ OU SUPERIOR, 4GB DE RAM, 64GB DE ARMAZENAMENTO INTERNO (EXPANSÍVEL VIA MICROSD), SISTEMA ANDROID 12 OU SUPERIOR, CÂMERA TRASEIRA DE 8MP E FRONTAL DE 5MP, CONEXÃO WI-FI, BLUETOOTH 5.0, GPS, PORTA USB-C E BATERIA MÍNIMA DE 5000MAH. DEVE ACOMPANHAR CARREGADOR E CABO ORIGINAIS. GARANTIA MÍNIMA DE 12 MESES. Marca: SAMSUNG Modelo: A9+	30/07/2025	6,00	UN	2.113,34	2.099,00	PRINTH TECNOLOGIA LTDA ME CNPJ - 13.777.435/0001-99	Iturama - MG
MUNICÍPIO DE SAPUCAIA/RJ Processo - 23/2025	TABLET: Capacidade total do módulo de memória RAM: 4 GB Tamanho da tela: 10.4 Capacidade: 128 GB Sistema operacional: Android 14. Com processador Octa-Core de 2.3GHz. Resolução da tela de 2000px x 1200px. Com leitor micro-SD. Possui GPS. Memória interna expansível até 1 TB com fonte externa. Inclui cabos de dados. Projetado para levar a qualquer lugar. Pesa apenas 465g. A duração da bateria depende do uso que se dê ao produto. Marca: SAMSUNG Modelo: GALAXY TAB S6 LITE 128GB	11/08/2025	7,00	UNIDADE	2.893,94	2.063,00	FORMATO DIGITAL COMERCIO E COMUNICACAO MULTIMIDIA LTDA CNPJ - 31.070.939/0001-56	João Pessoa - PB

Orgão	Item	Data Homolog.	QTD	Unidade	Preço Orçado Unit.	Preço Homologado Unit.	Fornecedor	Cidade
FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE RIACHUELO/SE Processo - 011/2025	TABLET COM CANETA, COM 128GB, MEMÓRIA RAM 8GB, COM CHIP, WIFI, TELA 10.9 POL, CAMERA FRONTAL SUPERIOR A 8 MPX E TRASEIRA 8,1 A 13 MPX, 5G, ANDROID 14, SISTEMA OPERACIONAL OCTA CORE COM CAPA PROTETORA Marca: Conf.Proposta Modelo: Conf.Proposta	27/08/2025	5,00	sv	2.604,50	2.080,00	DISTRIBUIDORA PERES & ARAUJO LTDA CNPJ - 21.641.059/0001-39	Ibirité - MG
MUNICÍPIO DE GURJÃO/PB Processo - 00029/2025	Tablet 128GB, 6GB RAM, Tela Imersiva de 10.9 Câmera Traseira 8MP, Câmera Frontal 12MP, Wifi 6; android 14 Marca: Samsung Modelo: Galaxy Tab S9 FE SM-X510 128GB	28/08/2025	7,00	UNID	6.242,00	3.000,00	KNERD DISTRIBUIDORA LTDA CNPJ - 41.621.094/0001-01	Joinville - SC

Média dos Preços Orçado	Média dos Preços Homologado	Data do Relatório
R\$ 3.335,16	R\$ 2.356,20	01/10/2025